



CÂMARA MUNICIPAL DE IBITINGA
ESTADO DE SÃO PAULO

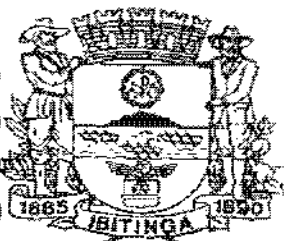
Identificação da Norma LEI ORDINÁRIA Nº 1851/1992		
Ementa CRIA O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.		
Data da Norma 26/05/1992	Data de Publicação	Veículo de Publicação
Status de Vigência Revogada		
Histórico de Alterações		
Data da Norma 08/12/2020	Norma Relacionada Lei Ordinária nº 5109/2020	Efeito da Norma Relacionada Revogada por

Prefeitura Municipal de Ibitinga

ESTADO DE SÃO PAULO

RUA MIGUEL LANDIM N.º 333

CNC(MF) 45 321 460/0001-58



LEI Nº 1.851, DE 26 DE MAIO DE 1.992

Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMADCA) e abre crédito especial no valor de Cr\$. 10.000.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBITINGA, Estado de São Paulo, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Resolução nº 1.894/92, da Câmara Municipal de Ibitinga, promulga a seguinte Lei,

CAPÍTULO I

DA CRIAÇÃO DO FUNDO

ARTIGO 1º - Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMADCA), como órgão captador e aplicador dos recursos a serem utilizados, segundo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ao qual é vinculado.

PARÁGRAFO 1º - O Fundo será administrado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma definida na Lei Municipal nº 1.793/91.

PARÁGRAFO 2º - O Fundo está obrigado a prestar contas mensalmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às entidades governamentais, das quais tenha recebido dotações, subvenções ou auxílios, e apresentar o balanço anual a ser publicado na imprensa local.

CAPÍTULO II

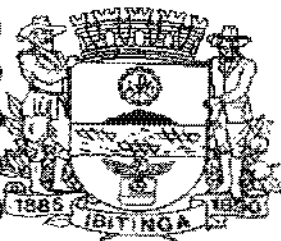
DOS OBJETIVOS

Prefeitura Municipal de Ibitinga

ESTADO DE SÃO PAULO

RUA MIGUEL LANDIM N.º 333

CRC(MF) 46.321.469/8001-50



LEI Nº 1.851/92 - cont. fl. 01

ARTIGO 2º - O Fundo tem por objetivo criar condições financeiras e de administração dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, de acordo com as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS DO FUNDO

ARTIGO 3º - As receitas do Fundo consistuem-se:

I - Pela dotação consignada anualmente no orçamento do Município para assistência voltada à criança e ao adolescente e verbas adicionais que a legislação venha a destinar no decurso do período;

II - Pelos recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Pelas doações de contribuintes do imposto de renda ou outros incentivos fiscais;

IV - Pelas doações, auxílios, contribuições e legados que venham a ser destinados;

V - Pelos valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações civis ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei Federal nº 8.069/90;

VI - Pelas remunerações auferidas de aplicações financeiras de seus recursos;

VII - Pelas receitas de convênios com entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

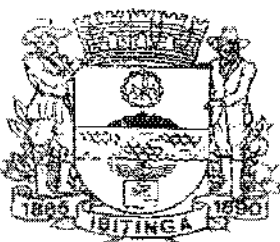
VIII - Pelas receitas auferidas nos eventos realizados com finalidade específica para obter recursos'

Prefeitura Municipal de Ibitinga

ESTADO DE SÃO PAULO

RUA MIGUEL LANDIM N.º 333

CGC(MF) 45 321 460/0001-60



LEI Nº 1.951/92 - cont. fl. 02

ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IX - Pelas receitas auferidas na venda de materiais, publicações e eventos;

X - Pelas retenções de imposto de renda de servidores e prestadores de serviços do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XI - Pelas rendas provenientes de aplicação da Lei nº 1.793/91;

XII - Por outros recursos que lhe forem destinados;

XIII - Pelos recursos de empréstimos e financiamentos destinados ao desenvolvimento dos programas e atividades específicas;

XIV - Outras rendas eventuais.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 4º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$. 10.000.000,00 (Dez milhões de cruzeiros), para atender despesas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

ARTIGO 5º - O crédito aberto no artigo anterior correrá por conta da anulação parcial na mesma importância das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.00.00 - Saúde e Assistência Social

07.01.00 - Serviço Saúde e Assistência Social

135.5.3231-07 - Subvenção Conselho Criança e do Adolescente....

..... Cr\$ 10.000.000,00

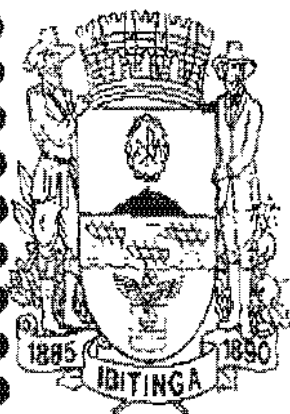
ARTIGO 6º - No prazo de 30 (trinta) dias após a promulgação desta lei, o Executivo Municipal deverá regulamentá-la.

Prefeitura Municipal de Ibitinga

ESTADO DE SÃO PAULO

RUA MIGUEL LANDIM N.º 333

CGC(MF) 45.321.480/0001-50



LEI Nº 1.851/92 - cont. fl. 03

ARTIGO 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DR. YASHIEO SATO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Diretoria de Administração da P.M., em 26 de maio de 1.992.

MARIETTE BELA CARDOSO

Chefe do Deptº. de Protocolo, Arquivo e Serviços Gerais